



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# 13º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2005 -

## DIREITO CIVIL

### **1) Sobre a pessoa natural, assinale a alternativa correta:**

- a) os menores de 16 (dezesseis) anos são relativamente incapazes;
- b) os pródigos são absolutamente incapazes;
- c) são absolutamente incapazes as pessoas que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade;
- d) os idosos são relativamente incapazes;
- e) os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes, segundo o Código Civil.

### **2) Sobre a pessoa jurídica, assinale a alternativa incorreta:**

- a) a desconsideração da personalidade jurídica tem cabimento em caso de abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;
- b) a existência das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro;
- c) as sociedades de advogados estão sujeitas a registro na Junta Comercial;
- d) algumas sociedades precisam de autorização do poder público para a sua constituição;
- e) os Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo.

### **3) Assinale a alternativa correta:**

- a) são anuláveis os atos praticados em fraude à lei;
- b) são nulos os atos praticados em fraude contra credores;
- c) são nulos os negócios em que o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- d) são anuláveis os negócios que não seguirem a forma prescrita em lei;
- e) são inexistentes os negócios em que o objeto for ilícito.

### **4) O estado de perigo:**

- a) requer que a vítima seja absoluta ou relativamente incapaz;
- b) não é um defeito do negócio jurídico;
- c) depende de erro substancial, que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias;
- d) ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;
- e) configura-se quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, assume obrigação excessivamente onerosa.

### **5) O dolo:**

- a) é acidental, quando a despeito dele o negócio seria realizado, embora por outro modo;
- b) é bilateral, quando permite a ambas as partes pedir a anulação do negócio;
- c) consiste na violência moral, que constrange a vítima à celebração do negócio;
- d) quando acidental, permite a anulação do negócio;
- e) quando praticado por terceiro, não permite a anulação.

### **6) Sobre a interrupção da prescrição, assinale a alternativa incorreta:**

- a) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado;
- b) a interrupção produzida contra o devedor principal prejudica o fiador;
- c) é interrompida pelo protesto;
- d) é interrompida por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- e) não é interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação, quando o mesmo for incompetente.

### **7) No campo da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:**

- a) que o Estado responde apenas pelos atos dos servidores do Poder Executivo;
- b) que o novo Código Civil aboliu a responsabilidade por omissão do poder público;
- c) que não cabem as excludentes de responsabilidade civil;
- d) que o Estado tem ação regressiva contra o responsável, em caso de dolo ou culpa;
- e) que há presunção do nexo de causalidade, quando o agente for policial.

**8) Sobre o princípio da boa-fé nos contratos, é incorreto afirmar:**

- a) que no campo dos contratos prevalece a noção de boa-fé subjetiva;
- b) que a boa-fé é fonte de deveres para as partes;
- c) que a boa-fé deve ser observada na fase pré-contratual;
- d) que, antes do atual Código Civil, o princípio já era previsto no Código de Defesa do Consumidor;
- e) que a boa-fé tem funções interpretativas, integrativas e corretivas.

**9) A solidariedade passiva, nas obrigações:**

- a) permite que o credor cobre de cada devedor apenas o respectivo quinhão;
- b) permite ao devedor, que satisfaz a dívida inteira, o direito de regresso contra os demais devedores;
- c) impede a novação;
- d) acarreta que apenas o devedor culpado responda pelos juros da mora;
- e) permite que cada devedor se valha das exceções pessoais de que os outros devedores disponham contra o credor.

**10) O pagamento, como modo de extinção da obrigação:**

- a) pode ser feito apenas em dinheiro;
- b) deve ser feito em local escolhido pelo credor, caso o contrato seja omissivo;
- c) pode ser feito por terceiro não interessado, que sempre terá, havendo recusa do credor, o direito à consignação;
- d) é válido, quando feito de boa-fé ao credor putativo;
- e) não pode ser retido pelo devedor, quando o credor se recusar a dar a quitação.

**11) Sobre os elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:**

- a) a condição suspende a aquisição, bem como o exercício do direito;
- b) o termo não suspende a aquisição, mas apenas o exercício do direito;
- c) o encargo não suspende a aquisição, nem o exercício do direito;
- d) a presença de condição impede que o interessado tome medidas conservatórias do direito eventual;
- e) entre as condições defesas se incluem as puramente potestativas.

**12) A novação:**

- a) pode ser efetuada independentemente do consentimento do devedor;
- b) prejudica o fiador, mesmo quando este não assentir;
- c) não extingue os acessórios e garantias da dívida;
- d) pode ter por objeto obrigações nulas ou extintas;
- e) não exige ânimo de novar, expresso ou tácito.

**13) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se em mora o devedor desde a data:**

- a) da interpelação extrajudicial;
- b) da citação válida;
- c) da prática do ato danoso;
- d) do trânsito em julgado da decisão condenatória;
- e) da publicação da decisão de primeira instância.

**14) De acordo com o texto do CC de 2002, assinale a alternativa correta:**

- a) cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito e a tácita depende de interpelação extrajudicial;
- b) a cláusula resolutiva expressa depende de interpelação extrajudicial e a tácita opera de pleno direito;
- c) a cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial e a tácita opera de pleno direito;
- d) a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito e a tácita depende de interpelação judicial;
- e) a cláusula resolutiva expressa e a tácita operam de pleno direito.

**15) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou:**

- a) não pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, pois o contrato é bilateral;
- b) pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela cumpra integralmente a sua;
- c) a outra deve comprovar cabalmente os requisitos da revisão por onerosidade excessiva;
- d) resta à outra o direito de exigir indenização por perdas e danos
- e) pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

**16) Na dicção do CC de 2002, o agente que comete ato em abuso de direito:**

- a) somente responde por dolo;
- b) responde até o limite dos prejuízos materiais comprovados;
- c) também comete ato ilícito;
- d) é considerado incapaz;
- e) incorre de pleno direito na cláusula penal.

**17) À luz da teoria dos bens, assinale a alternativa falsa:**

- a) são fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- c) são pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- d) é acessório o bem cuja existência supõe a do bem principal;
- e) enquanto não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.

**18) Na interpretação dos negócios jurídicos:**

- a) silêncio importa anuência em qualquer caso.
- b) atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que a qualquer outro fator.
- c) levam-se em consideração os usos do lugar de sua execução.
- d) a renúncia interpreta-se estritamente.
- e) configura-se ineficaz o negócio despido de instrumento público.

**19) Em tema de cláusula penal, marque a alternativa incorreta:**

- a) ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado.
- b) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- c) para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.
- d) o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- e) aos não culpados fica reservada a ação regressiva contra aquele que deu causa à aplicação da pena.

**20) Observe com atenção a cláusula a seguir e identifique a natureza jurídica da obrigação nela prevista: “Tício obriga-se a entregar a Caio, em 4 de dezembro de 2005, o cavalo Brasa ou, em sua ausência, o boi Gordo”.**

- a) facultativa.
- b) condicional.
- c) alternativa.
- d) simples.
- e) aleatória.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Tramita na Câmara dos Deputados proposta de emenda ao art.60, §4º da Constituição da República, de autoria de Deputado Federal, a fim de suprimir a vedação de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado (inciso I), com vistas a possibilitar posterior apresentação de proposta de emenda convocando plebiscito que delibere sobre a extinção dos Governos e Assembléias Legislativas estaduais. A respeito de tal proposta, assinale a afirmação correta:

- a) É inconstitucional porque só o Presidente da República pode encaminhar proposta de emenda constitucional.
- b) Desde que aprovada em dois turnos por três quintos de cada Casa do Congresso Nacional, inexistirá óbice à sua tramitação.
- c) É inconstitucional porque, ao dispor sobre a forma federativa de Estado, a emenda deveria ser discutida primeiro no Senado Federal.
- d) A proposta pode tramitar normalmente, mas após sua aprovação no Congresso Nacional, deverá ser ratificada por mais da metade das Assembléias Legislativas estaduais.
- e) A proposta é inconstitucional porque viola limitação implícita ao Poder Constituinte Derivado, que por meio de emenda revogaria uma das vedações explicitamente estabelecidas pela Assembléia Constituinte.

22) Qual das competências abaixo não cabe ao Conselho Nacional de Justiça?

- a) Zelar pela autonomia do Poder Judiciário.
- b) Julgar ações rescisórias de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Elaborar relatórios estatísticos dos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
- d) Controlar administrativa e financeiramente o Poder Judiciário.
- e) Elaborar relatório com propostas sobre a situação do Poder Judiciário a serem encaminhadas ao Poder Legislativo.

23) Em julgamento de Apelação interposta por Autor em Ação de Alimentos, a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deu provimento ao referido recurso, com o fundamento na manifesta inconstitucionalidade da lei em que se apoiou a sentença e o pleito da parte Apelada. Considerando não haver precedente dos tribunais sobre a constitucionalidade da referida lei, assinale a afirmação correta.

- a) O acórdão é inválido, pois somente o Pleno ou o Órgão Especial de Tribunal podem declarar a inconstitucionalidade de lei.
- b) Tratando-se de controle incidental, qualquer Juízo pode declarar a inconstitucionalidade de lei.
- c) O acórdão só será válido se o julgamento tiver sido unânime.
- d) O acórdão é inválido, pois só o Supremo Tribunal Federal tem competência para exercer o controle de constitucionalidade das leis.
- e) Tratando-se de questão de alimentos, a dignidade do Autor da ação se sobrepõe a questões meramente procedimentais.

24) Deputado Federal é flagrado intermediando a "compra" de decisão judicial em favor de uma parte, exigindo, para tanto, pagamento de propina. A respeito do processo criminal para eventual responsabilização do parlamentar, assinale a afirmação incorreta:

- a) O Deputado deverá ser julgado no Supremo Tribunal Federal.
- b) Se renunciar ao mandato para escapar da perda de direitos políticos, o Deputado será julgado por Juízo criminal de primeiro grau de jurisdição.
- c) O trâmite do processo fica condicionado à licença da Câmara dos Deputados.
- d) A inviolabilidade parlamentar não cobre o ato descrito no enunciado.
- e) Se o crime não for inafiançável, o Deputado não poderá ser preso.

25) Não se constitui em objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Promover formas de discriminação.
- c) Erradicar a pobreza.
- d) Construir uma sociedade livre.
- e) Reduzir as desigualdades regionais.

**26) A respeito da Advocacia Pública, assinale a afirmação correta:**

- a) Proposta de emenda à Constituição do Estado do Rio de Janeiro pode criar uma Procuradoria da Fazenda Estadual.
- b) O Poder Executivo Estadual pode contratar os serviços de escritórios de advocacia para promover Execuções Fiscais no interior do Estado.
- c) Nas comarcas em que não há representação da Procuradoria Geral do Estado, suas funções podem ser desempenhadas pelo Representante do Ministério Público.
- d) Aos Procuradores do Estado cabe, com privatividade, a defesa judicial da Administração Direta.
- e) O Advogado-Geral da União só pode ser indicado dentre os membros da carreira da Advocacia-Geral da União.

**27) A respeito dos regimes de pessoal da Administração Pública, assinale a afirmação incorreta:**

- a) O servidor público celetista não precisa se submeter a concurso público.
- b) O regime estatutário pode se submeter a regramento previdenciário próprio.
- c) Os entes federativos não precisam instituir regime jurídico único de pessoal.
- d) O ocupante de cargo em comissão é demissível *ad nutum*.
- e) O aumento de remuneração de servidores efetivos do Poder Executivo Estadual só pode decorrer de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado.

**28) Assinale qual das competências não pode ser exercida pela Justiça do Trabalho:**

- a) Julgar *habeas corpus*.
- b) Julgar pedido de anulação de auto de infração lavrado pela fiscalização do trabalho.
- c) Julgar execução de contribuição devida ao INSS.
- d) Julgar conflito de competência entre Juiz Federal e Juiz do Trabalho.
- e) Nenhuma das respostas acima.

**29) Qual das pessoas abaixo tem plenos direitos políticos passivos?**

- a) Governador do Estado no exercício do segundo mandato consecutivo.
- b) Presidente de multinacional com 30 anos de idade.
- c) Gari com 80 anos de idade.
- d) Professor universitário no cumprimento de pena criminal alternativa.
- e) Marido de Prefeita Municipal.

**30) Qual dos remédios constitucionais pode ser proposto por qualquer pessoa natural ou jurídica?**

- a) Mandado de Segurança Coletivo.
- b) *Habeas Data*.
- c) Ação Civil Pública.
- d) Ação Popular.
- e) Nenhuma das respostas acima.

**31) Sobre o controle de constitucionalidade das leis, assinale a opção correta:**

- a) lei municipal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF;
- b) a alteração de norma constitucional por emenda não prejudica a ação direta ajuizada para sua defesa;
- c) o STF é competente para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade por omissão em face de lei estadual;
- d) a eficácia da decisão do STF em ação direta de inconstitucionalidade depende de Resolução favorável do Senado Federal;
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

**32) Sobre o crime de responsabilidade, assinale a opção incorreta:**

- a) configura crime de responsabilidade o atentado contra o livre exercício do Poder Judiciário;
- b) o Supremo Tribunal Federal só poderá julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade após admissão do processo por 2/3 da Câmara dos Deputados;
- c) o Senado Federal só poderá julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade após admissão do processo por 2/3 da Câmara dos Deputados;
- d) cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os Ministros de Estado por crime de responsabilidade autônomo;
- e) cabe ao Senado Federal processar e julgar os Ministros de Estado por crime de responsabilidade conexo com o praticado pelo Presidente da República.

**33) Sobre o processo legislativo, assinale a opção incorreta:**

- a) é possível que um projeto de lei seja apreciado apenas por comissões parlamentares, se o regimento interno da Casa Legislativa dispensar a competência do Plenário;
- b) o projeto de lei emendado pela Casa revisora deve retornar à Casa iniciadora para apreciação;
- c) a sanção tácita ocorre quando o Presidente da República deixa de se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre o projeto que lhe foi encaminhado pelo Congresso Nacional, valendo seu silêncio como aquiescência;
- d) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações dos órgãos legislativos serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria simples de seus membros.
- e) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que dispõem sobre a criação de cargos na Administração Pública.

**34) Assinale a opção correta:**

- a) nenhum dos direitos assegurados ao trabalhador no art. 7º da Constituição da República é assegurado ao servidor público ocupante de cargo efetivo;
- b) somente após aprovação em regular concurso público poderá o indivíduo ser contratado por prazo determinado pela Administração Pública;
- c) o concurso público só é exigível para o ingresso de servidores ocupantes de cargo efetivo;
- d) o direito de greve não foi estendido aos servidores públicos titulares de cargo efetivo;
- e) nenhuma das opções está correta.

**35) Pretende o Estado-membro ampliar suas receitas com a instituição de novo imposto, mas, diante da inércia da União, edita, ele próprio, lei ordinária nesse sentido. A conduta do Estado:**

- a) é inconstitucional, porque apenas por lei ordinária federal poderá ser instituído novo imposto;
- b) é inconstitucional, porque apenas por lei complementar federal poderá ser instituído novo imposto;
- c) é constitucional, porque o Estado pode exercer a competência concorrente suplementar em direito tributário;
- d) é inconstitucional, porque, apesar da competência concorrente suplementar assegurada ao Estado, a lei em questão deveria observar a forma de lei complementar;
- e) é constitucional, porque o Estado pode, no âmbito de sua autonomia constitucional, instituir qualquer imposto, independentemente da forma legislativa.

**36) Sobre a competência legislativa privativa da União, é válido dizer que:**

- a) a competência legislativa privativa é absolutamente indelegável aos Estados-membros;
- b) a competência legislativa privativa pode ser delegada aos Municípios, desde que por meio de lei complementar federal;
- c) a competência legislativa privativa pode ser delegada aos Municípios, desde que por meio de lei ordinária federal;
- d) a competência legislativa privativa pode ser delegada aos Estados-membros, mas apenas em questões específicas e por meio de lei complementar;
- e) a competência legislativa privativa pode ser integralmente delegada aos Estados-membros, mas apenas por meio de lei complementar federal.

**37) São absolutamente inelegíveis, para qualquer cargo eletivo:**

- a) os conscritos, durante o período de serviço militar;
- b) o Governador do Estado;
- c) o militar alistável;
- d) a esposa do Prefeito;
- e) o Procurador do Estado.

**38) No sistema político estabelecido pela Constituição da República de 1988, é incorreto dizer que:**

- a) o Presidente da República somente poderá ser eleito por voto direto da população;
- b) cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente da República em caso de impedimento ou em caso de vaga;
- c) o critério de idade pode ser utilizado em caso de empate entre candidatos à Presidência da República;
- d) o Poder Executivo é exercido pelo Presidente com o auxílio dos Ministros de Estado;
- e) todas as opções estão incorretas.

**39) Sobre os princípios de hermenêutica constitucional, assinale a opção correta:**

- a) o princípio da efetividade somente se aplica às normas infraconstitucionais;
- b) a *interpretação conforme* significa a necessária coerência entre as normas da própria Constituição;
- c) o princípio da unidade da Constituição exige que suas normas sejam interpretadas sistematicamente;
- d) o princípio da unidade da Constituição impõe que no conflito entre normas constitucionais prevaleçam, sempre, as normas de organização do Estado;
- e) todas as opções estão incorretas.

**40) Sobre a exploração de serviços públicos por terceiros, assinale a opção correta:**

- a) os serviços de saúde e educação serão delegados aos particulares por meio de concessão, sempre precedida de licitação na modalidade de concorrência;
- b) os serviços de saúde e educação serão delegados aos particulares por meio de permissão, sempre precedida de licitação na modalidade concorrência;
- c) os serviços de saúde e educação serão delegados aos particulares por meio de permissão, sempre precedida de licitação;
- d) o serviço de saúde pode ser delegado aos particulares por meio de concessão ou permissão;
- e) o ensino, apesar de consubstanciar serviço público, é livre à iniciativa privada, respeitadas as condições estabelecidas na Constituição da República.

### TEORIA GERAL DO PROCESSO

**41) A constatação da ausência de capacidade postulatória provoca o seguinte efeito processual:**

- a) a improcedência do pedido, com impossibilidade de repositura da ação pelo autor;
- b) a extinção do processo sem julgamento do mérito, por ausência de pressuposto processual;
- c) a extinção do processo sem julgamento do mérito, por ausência de legitimidade "*ad causam*";
- d) a extinção do processo com julgamento do mérito, por ser o Juízo incompetente para a causa;
- e) a preclusão do direito do autor de produzir provas, apreciando o Juízo o mérito da causa.

**42) No que diz respeito à Jurisdição Voluntária é correto afirmar que trata-se de:**

- a) processo litigioso, no qual as partes podem transigir sobre o direito ou interesse objeto da ação;
- b) processo litigioso, cuja instauração é determinada por lei;
- c) processo no qual não existem partes, mas sim interessados;
- d) processo de natureza cautelar, no qual o objeto é medida cautelar inominada;
- e) de simples petição a ser dirigida ao juiz competente, independente de comprovação das condições da ação.



**43) Assinale qual das afirmativas abaixo está errada:**

- a) Cognição exauriente é aquela realizada em medida liminar em processo cautelar;
- b) São pressupostos processuais: um órgão estatal investido de jurisdição, partes capazes e uma demanda regularmente formulada.
- c) A demanda se identifica por três elementos essenciais, quais sejam: partes, causa de pedir e pedido ou objeto;
- d) Objeto imediato do processo é provimento jurisdicional pretendido pela parte; já o objeto mediato é o bem jurídico pretendido, também conhecido como "bem da vida" pretendido no processo;
- e) Sobre a causa de pedir, é correto afirmar que o direito brasileiro adotou a teoria da substanciação, que vê na *causa petendi* um conjunto de fatos que dão suporte à pretensão posta na demanda;

**44) Sobre as afirmativas abaixo responda:**

*I) Quando duas ou mais pessoas litigarem ao mesmo lado na relação processual, por exigência legal, e o resultado tiver de ser igual para ambos, diz-se que o processo possui litisconsórcio necessário e unitário;*

*II) Poderá uma pessoa física postular o ingresso em demanda judicial em que outras duas pessoas controvertem-se, na qualidade de assistente, desde que o faça para pedir que a sentença seja favorável a uma delas, demonstrando, apenas, o seu interesse jurídico no feito;*

*III) Diz-se que há o fenômeno da oposição, como modalidade de intervenção de terceiro no processo, quando uma pessoa pretende, apenas em parte, a coisa ou o direito sobre que contendem autor e réu, desde que o faça até a prolação da sentença.*

*IV) João ajuizou uma ação ordinária em face do Estado do Rio de Janeiro e a sentença lhe foi desfavorável. Pedro, então, poderá, na qualidade de terceiro interessado, apresentar o recurso de apelação, alegando, apenas, interesse econômico na solução do processo.*

- a) Todas as afirmativas estão corretas;
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas;
- d) Somente a afirmativa IV está correta;
- e) Todas as afirmativas estão erradas.

**45) Assinale a alternativa correta:**

- a) Quatro são as causas de modificação da competência: conexão, continência, vontade e inércia;
- b) Sendo conexas duas ações que tramitam em juízo diversos, as demandas deverão, sempre, ser reunidas para julgamento conjunto em só deles;
- c) Quando o Estado for demandado em juízo relativamente incompetente, deverá apresentar a exceção como questão preliminar na contestação;
- d) São condições para o regular exercício do direito de ação, a legitimidade das partes, o interesse de agir e a impossibilidade jurídica do pedido;
- e) Pode-se dizer que o princípio da *perpetuatio jurisdictiones*, consagrado no Código de Processo Civil, implica que todas as ações ajuizadas por uma mesma pessoa em face do Estado do Rio de Janeiro devam ser julgadas perante um mesmo juízo.

**46) Sobre o princípio do acesso à justiça, é correto afirmar que:**

- a) todas as pessoas têm o direito de obter um provimento jurisdicional que atenda às expectativas dos seus interesses;
- b) por garantir o acesso ao Poder Judiciário, somente é aplicado às partes consideradas autoras no processo;
- c) garante a todas as partes no processo o direito ao duplo grau de jurisdição;
- d) garante às partes que também são advogados a prerrogativa de advogar em causa própria;
- e) garante às partes o direito à efetiva prestação jurisdicional, inclusive a gratuidade aos hipossuficientes que não puderem pagar para obtê-la.

**47) Francesco Carnelutti ajuíza em face do Estado do Rio de Janeiro, ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária cumulada com pedido de repetição de indébito, com relação ao IPVA devido pela propriedade de seu automóvel. Após regular citação, o Estado não apresenta Contestação. Deve o Juiz:**

- a) declarar a ocorrência da revelia, reputando como verdadeiros os fatos narrados pelo Autor;
- b) determinar, através de decisão saneadora do processo, a realização de prova dos fatos narrados pelo Autor, através de todos os meios permitidos pelo ordenamento jurídico;
- c) determinar a intimação do Ministério Público, o qual, na qualidade de fiscal da lei, deverá providenciar a produção das provas permitidas pelo ordenamento jurídico;
- d) julgar improcedente a demanda, uma vez que não contestada a ação pelo Estado e o direito é indisponível;
- e) determinar o arquivamento provisório dos autos, aguardando-se manifestação das partes.

**48) No que concerne à competência dos Juizados Especiais Estaduais, é correto afirmar:**

- a) que podem ser processadas e julgadas as causas com valor igual ou superior a 100 (cem) salários mínimos;
- b) que podem ser processadas e julgadas causas em que figurem como Réus, a União, Estados e Municípios e respectivas autarquias;
- c) que podem ser processadas e julgadas as ações reais imobiliárias, quando relativas a imóveis de valor igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- d) que podem ser julgadas e processadas causas e executados títulos executivos extrajudiciais no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos;
- e) ações relativas a acidente de trabalho até o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos.

**49) A fé pública de que se revestem os atos praticados pelos auxiliares da justiça:**

- a) goza de presunção relativa de veracidade, podendo ser elidida por prova em contrário a cargo das partes;
- b) depende de homologação do ato praticado por decisão do Juízo competente;
- c) faz coisa julgada material;
- d) goza de presunção absoluta, sendo insuscetível de impugnação pelas partes e pelo Juízo;
- e) goza de presunção relativa, podendo ser elidida por prova em contrario, desde que requerido por todas as partes.

**50) O inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 prescreve que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". O dispositivo em questão consagra o princípio processual constitucional:**

- a) do Juiz Natural e proibição de juízos de exceção;
- b) do contraditório e da ampla defesa;
- c) da jurisdição una e inafastabilidade do Poder Judiciário;
- d) da inércia da jurisdição;
- e) da proibição de acesso ao Poder Judiciário, sem que comprovada a titularidade do direito alegado.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

**AVISO**

**13.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE  
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS faz saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em 16.10.2005:

<b>DIREITO CIVIL</b>	<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	<b>TEORIA GERAL DO PROCESSO</b>
01 - C	21 - E	41 - B
02 - C	22 - B	42 - C
03 - C	23 - A	43 - A
04 - E	24 - C	44 - B
05 - A	25 - B	45 - A
06 - E	26 - D	46 - E
07 - D	27 - A	47 - B
08 - A	28 - D	48 - D
09 - B	29 - C	49 - A
10 - D	30 - B	50 - C
11 - D	31 - C	
12 - A	32 - B	
13 - C	33 - D	
14 - D	34 - E	
15 - E	35 - B	
16 - C	36 - D	
17 - E	37 - A	
18 - D	38 - A	
19 - C	39 - C	
20 - A	40 - E	

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2005.

**PEDRO GONÇALVES DA ROCHA SLAWINSKI**  
Procurador-Chefe do CEJUR